

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	195.509
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>195.509</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	03/09/2014	Dividendo	04/09/2014	Ordinária		54,58714

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.154.030	1.099.969
1.01	Ativo Circulante	228.472	226.908
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.849	30.452
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.430	31.649
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.430	31.649
1.01.03	Contas a Receber	93.216	91.266
1.01.03.01	Clientes	93.216	91.266
1.01.03.01.01	Consumidores e Concessionárias	93.216	91.266
1.01.04	Estoques	1.654	1.854
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.779	28.941
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.779	28.941
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.569	5.983
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	62.975	36.763
1.01.08.03	Outros	62.975	36.763
1.01.08.03.01	Títulos e créditos a receber	10.744	7.635
1.01.08.03.02	Baixa renda e outros	40.610	29.128
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.621	0
1.02	Ativo Não Circulante	925.558	873.061
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	355.791	316.467
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.532	7.017
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	7.532	7.017
1.02.01.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.031	909
1.02.01.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.031	909
1.02.01.01.03	Contas a Receber	7.544	7.544
1.02.01.01.03.01	Clientes	7.544	7.544
1.02.01.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	339.684	300.997
1.02.01.01.09.03	Títulos e Créditos a Receber	3.632	2.572
1.02.01.01.09.04	Tributos a recuperar	16.959	16.473
1.02.01.01.09.05	Créditos Tributários	59.763	51.748
1.02.01.01.09.06	Depósitos e Cauções Vinculados	32.818	28.769
1.02.01.01.09.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.815	17.791
1.02.01.01.09.08	Contas a Receber da Concessão	201.966	182.867
1.02.01.01.09.09	Outros Créditos	731	777
1.02.02	Investimentos	366	366
1.02.02.01	Participações Societárias	366	366
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	366	366
1.02.03	Imobilizado	5.340	6.178
1.02.04	Intangível	564.061	550.050
1.02.04.01	Intangíveis	564.061	550.050
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	264.206	235.795
1.02.04.01.02	Direito de Concessão	299.855	314.255

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.154.030	1.099.969
2.01	Passivo Circulante	287.586	208.887
2.01.02	Fornecedores	52.867	54.538
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.867	54.538
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	163.436	79.597
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	94.823	18.484
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.293	18.484
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	73.530	0
2.01.04.02	Debêntures	68.613	61.113
2.01.05	Outras Obrigações	71.283	74.752
2.01.05.02	Outros	71.283	74.752
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.000
2.01.05.02.04	Encargos e Dívidas	5.181	4.183
2.01.05.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	31.345	26.539
2.01.05.02.06	Parcelamento de impostos	1.978	1.875
2.01.05.02.07	Benefício a Empregados -Plano de Pensão	8.485	8.485
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	6.260	4.762
2.01.05.02.09	Encargos do Consumidor a Recolher	136	136
2.01.05.02.11	Outras Contas a Pagar	17.898	20.772
2.02	Passivo Não Circulante	507.834	543.549
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	399.948	447.858
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	339.948	387.858
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	94.282	82.776
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	245.666	305.082
2.02.01.02	Debêntures	60.000	60.000
2.02.02	Outras Obrigações	107.886	95.691
2.02.02.02	Outros	107.886	95.691
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.377	2.377
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	14.790	11.454
2.02.02.02.06	Parcelamento de Impostos	2.966	4.218
2.02.02.02.07	Benefício a Empregados -Plano de Pensão	60.708	58.072
2.02.02.02.08	Provisões para Riscos, Tralhistas, Civeis e Fiscais	21.329	18.846
2.02.02.02.09	Outras Contas a Pagar	5.716	724
2.03	Patrimônio Líquido	358.610	347.533
2.03.01	Capital Social Realizado	357.135	345.762
2.03.02	Reservas de Capital	3.330	3.330
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	3.330	3.330
2.03.04	Reservas de Lucros	11.461	33.888
2.03.04.01	Reserva Legal	11.461	11.461
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	11.373
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	11.054
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.131	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-35.447	-35.447

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	203.672	601.369	173.597	538.493
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-140.361	-440.061	-120.488	-364.435
3.02.01	Energia elétrica comprada p/revenda	-83.200	-296.211	-69.937	-253.863
3.02.02	Encargos uso sist. trasnsm.distrib.	-7.451	-17.920	-8.969	-6.583
3.02.03	Pessoal e administradores	-6.167	-19.114	-6.672	-19.737
3.02.04	Entidade de previdencia privada	-157	-1.304	-2.115	-3.845
3.02.05	Material	-1.229	-2.776	133	-2.129
3.02.06	Serviços de terceiros	-1.641	-4.741	-65	-4.279
3.02.07	Depreciação e amortização	-6.431	-19.100	-5.859	-17.643
3.02.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-2.384	-1.628	533	2.170
3.02.10	Custo de construção	-29.503	-71.401	-20.850	-50.741
3.02.11	Custo serviços prestados a terceiros	-1.521	-4.003	-6.186	-6.186
3.02.12	Outras	-677	-1.863	-501	-1.599
3.03	Resultado Bruto	63.311	161.308	53.109	174.058
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.115	-83.487	-26.549	-79.375
3.04.01	Despesas com Vendas	571	-8.473	-4.884	-15.231
3.04.01.01	Pessoal e administradores	-1.040	-3.142	-1.113	-3.437
3.04.01.02	Entidade de previdencia privada	-38	-224	-359	-669
3.04.01.03	Material	-441	-1.236	-306	-1.160
3.04.01.04	Serviços de terceiros	-2.445	-7.352	-2.240	-6.541
3.04.01.05	Depreciação e amortização	-16	-48	-23	-64
3.04.01.07	Provisão para créditos liquidação duvidosa	4.780	4.803	-425	-2.216
3.04.01.08	Outras	-229	-1.274	-418	-1.144
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.657	-74.365	-21.391	-66.726
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-8.650	-27.581	-7.270	-22.170
3.04.02.02	Entidade de previdencia privada	-1.356	-3.030	-474	-4.309
3.04.02.03	Material	-366	-1.083	-390	-925
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-7.400	-21.774	-6.856	-19.072

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.04.02.05	Depreciação e amortização	-5.604	-16.838	-5.373	-16.175
3.04.02.07	Outras	-1.281	-4.059	-1.028	-4.075
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	910	1.901	917	5.978
3.04.04.01	Outras	910	1.901	917	5.978
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-939	-2.550	-1.191	-3.396
3.04.05.02	Outras	-939	-2.550	-1.191	-3.396
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	39.196	77.821	26.560	94.683
3.06	Resultado Financeiro	-27.961	-23.010	-4.402	-52.903
3.06.01	Receitas Financeiras	3.047	20.378	13.117	28.655
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	1.057	4.126	3.392	9.213
3.06.01.02	Variação monet.e acresc.morat.energia	5.060	10.590	2.579	8.431
3.06.01.03	Atualização contas a receber da concessão VNR	-1.051	2.596	1.068	3.428
3.06.01.04	Outras receitas	-2.019	3.066	6.078	7.583
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.008	-43.388	-17.519	-81.558
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-7.775	-23.204	-12.867	-38.287
3.06.02.02	Encargos de dívidas - var monet.e cambial	-32.828	-14.918	-3.406	-58.435
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	1.019	2.215	782	1.507
3.06.02.04	Ajuste valor presente de ativos	-2.225	-2.099	-16	142
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-12.462	5.746	1.056	-26.032
3.06.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	26.807	-192	-121	49.962
3.06.02.07	Outras despesas financeiras	-3.544	-10.936	-2.947	-10.415
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.235	54.811	22.158	41.780
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	481	-5.559	-6.352	-8.666
3.08.01	Corrente	-11.612	-13.574	377	-5.444
3.08.02	Diferido	12.093	8.015	-6.729	-3.222
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.716	49.252	15.806	33.114
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.716	49.252	15.806	33.114
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	59,92560	251,91680	80,84540	169,37330
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	59,92560	251,91680	80,84540	169,37330



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	11.716	49.252	15.806	33.114
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.716	49.252	15.806	33.114

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	99.020	123.552
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	114.967	131.134
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	54.811	41.780
6.01.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	33.048	83.697
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-4.803	457
6.01.01.04	Provisão para Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.628	-2.170
6.01.01.05	Depreciação e amortização	35.988	33.882
6.01.01.08	Perda na alienação de bens do imob. e do intangível	649	-2.582
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	-608	-49.962
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	-5.746	26.032
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.947	-7.582
6.01.02.01	Diminuição de consumidores e concessionárias	-1.242	37.848
6.01.02.03	Diminuição (Aumento) de títulos de créditos a receber	-2.175	975
6.01.02.04	Diminuição de estoques	200	623
6.01.02.05	(Aumento) de impostos a recuperar	-1.324	-13.449
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-4.049	-3.879
6.01.02.07	(Aumento) de despesas pagas antecipadamente	3.414	-1.246
6.01.02.08	(Aumento) de outros créditos a receber	-11.923	-11.931
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de fornecedores	1.480	-11.925
6.01.02.11	Aumento de tributos e contribuições sociais	1.277	1.291
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-6.709	-13.821
6.01.02.13	(Diminuição) de parcelamento de impostos	-1.149	-1.068
6.01.02.14	Aumento de obrigações estimadas	1.498	1.761
6.01.02.15	(diminuição) de encargos do consumidor a recolher	0	-4.855
6.01.02.16	Aumento de entidade de previdencia privada e outras	4.755	12.094
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.410	-43.003
6.02.02	Aplicações no intangível	-63.798	-55.569
6.02.03	Alienação de bens do imobilizado e intangível	1.901	5.978
6.02.04	Aplicações financeiras	28.707	-6.212
6.02.05	Contribuição do consumidor, União e Estado	780	12.800
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.213	-89.076
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	23.573	249.900
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, debêntures - principal	-16.021	-310.443
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, debêntures - juros	-15.299	-40.788
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-11.291	19.949
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-46.175	-7.694
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.397	-8.527
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.452	53.225
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.849	44.698

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	345.762	3.330	33.888	0	-35.447	347.533
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	345.762	3.330	33.888	0	-35.447	347.533
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.373	0	-22.427	-27.121	0	-38.175
5.04.01	Aumentos de Capital	11.373	0	-11.373	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.054	0	0	-11.054
5.04.08	Pagamento Dividendos Intercalares	0	0	0	-27.121	0	-27.121
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	49.252	0	49.252
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	49.252	0	49.252
5.07	Saldos Finais	357.135	3.330	11.461	22.131	-35.447	358.610

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	329.370	3.330	33.269	0	0	365.969
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	7.410	-28.794	-21.384
5.02.01	Perdas Atuariais líquidas de tributos	0	0	0	7.410	-28.794	-21.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	329.370	3.330	33.269	7.410	-28.794	344.585
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.392	0	-24.086	-12.976	0	-20.670
5.04.01	Aumentos de Capital	16.392	0	-16.392	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.694	0	0	-7.694
5.04.08	Dividendos intercalares	0	0	0	-12.976	0	-12.976
5.04.09	Cancelamento de ações em tesouraria	0	18	0	0	0	18
5.04.10	Remuneração de imobilizações	0	-18	0	0	0	-18
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.114	0	33.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.114	0	33.114
5.07	Saldos Finais	345.762	3.330	9.183	27.548	-28.794	357.029

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	837.998	744.273
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	757.678	688.263
7.01.02	Outras Receitas	1.901	5.978
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	73.616	52.248
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	4.803	-2.216
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-467.865	-384.943
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-342.269	-285.697
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.215	-41.827
7.02.04	Outros	-81.381	-57.419
7.03	Valor Adicionado Bruto	370.133	359.330
7.04	Retenções	-35.987	-33.882
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.987	-33.882
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	334.146	325.448
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.378	28.655
7.06.02	Receitas Financeiras	20.378	28.655
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	354.524	354.103
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	354.524	354.103
7.08.01	Pessoal	46.666	46.997
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.551	34.861
7.08.01.02	Benefícios	9.674	9.054
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.441	3.082
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	211.913	189.856
7.08.02.01	Federais	66.000	59.574
7.08.02.02	Estaduais	145.492	129.826
7.08.02.03	Municipais	421	456
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.693	84.136
7.08.03.01	Juros	45.602	83.067
7.08.03.02	Aluguéis	1.091	1.069
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	49.252	33.114
7.08.04.02	Dividendos	27.121	12.976
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.131	20.138

## Comentário do Desempenho

Aracaju, 14 de novembro de 2014 - A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “Energisa Sergipe” ou “ESE”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T14) e dos primeiros nove meses de 2014 (9M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1. Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 702 mil clientes e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km<sup>2</sup>.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses de 2014 e 2013:

Descrição	9M14	9M13	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	829,1	739,0	+ 12,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	757,7	688,3	+ 10,1
Receita Operacional Líquida	601,4	538,5	+ 11,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	530,0	487,8	+ 8,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	77,8	94,7	- 17,8
EBITDA	113,9	128,6	- 11,4
EBITDA Ajustado	124,5	137,0	- 9,1
Resultado financeiro	(23,0)	(52,9)	- 56,5
Lucro Líquido	49,3	33,1	+ 48,9
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	1.154,0	1.120,6	+ 3,0
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	46,8	116,6	- 59,9
Patrimônio Líquido	358,6	357,0	+ 0,4
Endividamento Líquido	595,9	490,8	+ 21,4
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	702,5	674,1	+ 4,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.814,2	1.747,3	+ 3,8
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	2.573,8	2.487,7	+ 3,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,11	9,21	- 0,10 p.p
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	20,7	25,4	- 4,7 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,6	2,8	+ 28,6

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## Comentário do Desempenho

### 2. Desempenho financeiro

#### 2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 9M14, a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 757,7 milhões, ante R\$ 688,3 milhões registrados em 9M13, um aumento de 10,1% (R\$ 69,4 milhões).

Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 8,7% (R\$ 42,2 milhões) no período, para R\$ 530,0 milhões.

No 3T14, a receita operacional líquida, também deduzida das receitas de construção, aumentou 14,0% (R\$ 21,4 milhões) em relação a de igual trimestre do ano passado.

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	224,2	191,9	+ 16,8	695,0	627,4	+ 10,8
✓ Residencial	105,0	88,5	+ 18,6	329,1	293,5	+ 12,1
✓ Industrial	24,7	21,3	+ 16,0	72,6	64,7	+ 12,2
✓ Comercial	57,8	49,4	+ 17,0	178,9	161,9	+ 10,5
✓ Rural	6,5	6,1	+ 6,6	22,9	22,2	+ 3,2
✓ Outras classes	30,2	26,6	+ 13,5	91,5	85,1	+ 7,5
(+) Suprimento de energia elétrica	3,0	7,9	- 62,0	21,4	22,2	- 3,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	(2,1)	(1,9)	+ 10,5	(9,7)	(10,1)	- 4,0
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	9,2	9,0	+ 2,2	27,5	31,7	- 13,2
(+) Receitas de construção	29,5	20,8	+ 41,8	71,4	50,7	+ 40,8
(+) Outras receitas	13,4	8,0	+ 67,5	23,5	17,1	+ 37,4
<b>(=) Subtotal 1 - Receita bruta</b>	<b>277,2</b>	<b>235,7</b>	<b>+ 17,6</b>	<b>829,1</b>	<b>739,0</b>	<b>+ 12,2</b>
(-) Impostos sobre vendas	(69,7)	(59,0)	+ 18,1	(216,2)	(193,4)	+ 11,8
(-) Encargos setoriais	(3,8)	(3,1)	+ 22,6	(11,5)	(7,1)	+ 62,0
<b>(=) Subtotal 2 - Receita líquida</b>	<b>203,7</b>	<b>173,6</b>	<b>+ 17,3</b>	<b>601,4</b>	<b>538,5</b>	<b>+ 11,7</b>
(-) Receitas de construção	(113,3)	(20,8)	+ 444,7	(71,4)	(50,7)	+ 40,8
<b>(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>174,2</b>	<b>152,8</b>	<b>+ 14,0</b>	<b>530,0</b>	<b>487,8</b>	<b>+ 8,7</b>

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 28.431 novos consumidores cativos e crescimento de 3,8% (aumento de 4,0% no 3T14) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 3.1 deste comentário de desempenho);
- Aumento tarifário médio de 11,85%, que entrou em vigor a partir de 22 de abril de 2014.

#### 2.2 - Despesas operacionais

Em 9M14, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 452,1 milhões (R\$ 134,9 milhões no 3T14), aumento de R\$ 59,0 milhões (aumento de R\$ 8,7 milhões no 3T14 sobre o 3T13) em relação aos 9M13. As despesas controláveis cresceram R\$ 3,0 milhões (redução de R\$ 1,4 milhão no 3T14), totalizando R\$ 97,4 milhões (R\$ 32,4 milhões no 3T14) no período.

Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 53,6 milhões em 9M14, incremento de 20,6%.

No 3T14, as despesas não controláveis (compra de energia e transporte) apresentaram aumento de 14,7% (R\$ 11,6 milhões).

## Comentário do Desempenho

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. em R\$ milhões	9M14	9M13	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	32,4	33,8	- 1,4	97,4	94,4	+ 3,0
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	17,4	18,0	- 0,6	54,4	54,2	+ 0,2
1.2 - Material	3,5	2,7	+ 0,8	6,6	6,4	+ 0,2
1.3 - Serviços de terceiros	11,5	13,1	- 1,6	36,4	33,8	+ 2,6
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	90,6	79,0	+ 11,6	314,1	260,5	+ 53,6
3 - Depreciação e amortização	12,1	11,3	+ 0,8	36,0	33,9	+ 2,1
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(2,4)	(0,1)	- 2,3	(3,2)	0,1	- 3,3
5 - Outras despesas/receitas	2,2	2,2	-	7,8	4,2	+ 3,6
<b>Subtotal</b>	<b>134,9</b>	<b>126,2</b>	<b>+ 8,7</b>	<b>452,1</b>	<b>393,1</b>	<b>+ 59,0</b>
6 - Custo de construção (*)	29,5	20,8	+ 8,7	71,4	50,7	+ 20,7
<b>Total</b>	<b>164,4</b>	<b>147,0</b>	<b>+ 17,4</b>	<b>523,5</b>	<b>443,8</b>	<b>+ 79,7</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### 2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 3T14 representou despesa financeira líquida de R\$ 28,0 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 4,4 milhões em igual período do ano passado, ou seja, um aumento de 536,4% (ou R\$ 23,6 milhões). Esse resultado decorre da depreciação do real frente ao dólar no período, de 11,3%.

No acumulado em 9M14, o resultado financeiro líquido representou despesa financeira líquida de R\$ 23,0 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 52,9 milhões em 9M13, ou seja, redução de 56,5% (ou R\$ 29,9 milhões) no período.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Sergipe em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Descrição Valor em R\$ milhões	30/9/2014	31/12/2013
<b>Curto Prazo</b>	<b>179,1</b>	<b>94,2</b>
Empréstimos e financiamentos	94,8	18,5
Debêntures	68,6	61,1
Encargos de dívidas	5,2	4,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,5	10,4
<b>Longo Prazo</b>	<b>463,6</b>	<b>510,2</b>
Empréstimos e financiamentos	339,9	387,9
Debêntures	60,0	60,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	63,7	62,3
<b>Total das dívidas</b>	<b>642,7</b>	<b>604,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras	46,8	69,1
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>595,9</b>	<b>535,3</b>



## Comentário do Desempenho

### 2.4 - Lucro Líquido e geração de caixa

No 3T14, a Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 11,7 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 15,8 milhões no 3T13. Entretanto, a geração de caixa (EBITDA Ajustado) apresentou aumento de 39,6%, passando de R\$ 40,4 milhões no 3T13 para R\$ 56,4 milhões no 3T14. A redução do lucro no trimestre decorre do aumento das despesas financeiras líquidas em face da desvalorização do real perante o dólar.

No acumulado em 9M14, o lucro líquido saltou para R\$ 49,6 milhões, ante os R\$ 33,1 milhões registrados em nove meses do ano anterior. O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 124,5 milhões, contra R\$ 137,0 milhões em 9M13. Esse decréscimo decorre, fundamentalmente, do aumento de 23,6% das despesas não controláveis relativas à energia comprada e transporte de potência elétrica.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	11,7	15,8	- 25,9	49,3	33,1	+ 48,9
(-) Contribuição social e imposto de renda	0,5	(6,4)	-	(5,6)	(8,7)	- 35,6
(-) Resultado financeiro	(28,0)	(4,4)	+ 536,4	(23,0)	(52,9)	- 56,5
(-) Depreciação e amortização	(12,1)	(11,3)	+ 7,1	(36,0)	(33,9)	+ 6,2
(=) Geração de caixa (EBITDA)	51,3	37,9	+ 35,4	113,9	128,6	- 11,4
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,1	2,5	+ 104,0	10,6	8,4	+ 26,2
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	56,4	40,4	+ 39,6	124,5	137,0	- 9,1
Margem do EBITDA Ajustado (%)	27,7	23,3	+ 4,4 p.p	20,7	25,4	- 4,7 p.p

### 2.5 - Revisão tarifária

Em 22 de abril de 2014, a Energisa Sergipe obteve aumento nas tarifas de energia elétrica, cujo efeito representou aumento médio percebido pelos consumidores de 11,85% sobre as tarifas praticadas, sendo que, para os consumidores de baixa tensão, houve aumento de 12,17%, e para os de alta e média tensão, acréscimo de 11,31%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em nove meses de 2014, foi reconhecido o montante de R\$ 103,9 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 8,8 milhões para a Energisa Sergipe. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

## Comentário do Desempenho

### 3. Mercado de energia

#### 3.1 - Energia total distribuída

Nos primeiros nove meses de 2014 (9M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.417,7 GWh (761,8 GWh no 3T14), incremento de 3,0% (aumento de 1,0% no 3T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial e comercial, que cresceram 5,4% e 4,7%, respectivamente (aumento de 5,7% e 4,6%, respectivamente, no 3T14) no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,4% em 9M14 (redução de 4,4% no 3T14). A energia total distribuída em 9M14 foi de 2.573,8 GWh, ante os 2.487,7 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
<b>1) Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>565,8</b>	<b>543,9</b>	<b>+ 4,0</b>	<b>1.814,2</b>	<b>1.747,2</b>	<b>+ 3,8</b>
✓ Residencial	227,1	214,8	+ 5,7	733,2	695,8	+ 5,4
✓ Industrial	75,6	73,7	+ 2,6	226,8	218,6	+ 3,8
✓ Comercial	122,3	116,9	+ 4,6	393,6	375,8	+ 4,7
✓ Rural	17,5	17,6	- 0,6	76,1	77,7	- 2,1
✓ Outras Classes	123,3	120,9	+ 2,0	384,5	379,3	+ 1,4
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	196,0	210,5	- 6,9	603,5	600,6	+ 0,5
<b>3) Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>761,8</b>	<b>754,4</b>	<b>+ 1,0</b>	<b>2.417,7</b>	<b>2.347,8</b>	<b>+ 3,0</b>
4) Suprimento de energia e não faturado	65,6	53,5	+ 22,6	156,1	139,9	+ 11,6
<b>5) Energia Total Distribuída (3+4)</b>	<b>827,4</b>	<b>807,9</b>	<b>+ 2,4</b>	<b>2.573,8</b>	<b>2.487,7</b>	<b>+ 3,5</b>

A Energisa Sergipe encerrou os primeiros nove meses de 2014 com 702.503 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,2% superior à registrada no fim de setembro de 2013. Já o número de consumidores livres manteve-se em 17 no fim de setembro de 2014.

#### 3.2 - Perdas de energia

As perdas de energia elétrica da Energisa Sergipe situaram em 9,11% nos últimos doze meses encerrados em setembro de 2014, queda de 0,10 ponto percentual em relação a igual período terminado em setembro do ano passado.

### 4. Investimentos

Em nove meses de 2014, os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 68,6 milhões, ante os R\$ 60,4 milhões registrados em 9M13.

### 5. Antecipação de dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Sergipe aprovou as seguintes distribuições de dividendos intercalares, relativos ao exercício em curso:

- 1) em reunião de 6 de junho, o montante de R\$ 16,4 milhões, equivalente a R\$ 84,13169118 por ação. Estes dividendos foram pagos a partir do dia 11 de junho de 2014;
- 2) em reunião de 3 de setembro, o valor de R\$ 10,7 milhões, à razão de R\$ 54,5871405 por ação. Estes dividendos foram pagos em 4 de setembro de 2014.

## Comentário do Desempenho

### 6. Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe nos primeiros nove meses de 2014 foi de R\$ 201 mil, sendo: i) R\$ 168 mil pela revisão das demonstrações financeiras e ii) R\$ 33 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene e serviços relativos a programas de Eficiência Energética.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Notas Explicativas

### **Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A** **Notas explicativas às informações trimestrais** **Período findo em 30 de setembro de 2014** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto Operacional

---

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa SE”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 702.515 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 10, 14, 15, 23 e 29, respectivamente.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 30 de setembro de 2014, no montante de R\$59.114, ocasionado pela natural transferência de empréstimos e financiamentos para o passivo circulante, a vencer no decorrer de 2014. A Administração já trabalha no reperfilamento destes vencimentos junto aos detentores do crédito, concentrados no último trimestre de 2014, visando melhorar a estrutura de capital da empresa através de instrumentos mais longos. Da mesma forma, a controladora Energisa S/A está apta para eventualmente prover recursos que sejam necessários para que a Companhia reduza sua alavancagem.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de novembro de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 20 de março de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

#### Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações contábeis intermediárias. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas. O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a);
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (a);
- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1° de janeiro de 2015.
- (b) 1° de janeiro de 2016.

## Notas Explicativas

### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

### 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

#### a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
Caixa	CDB	31/10/2017	100,5% do CDI	18.296	17.867
Santander	Debentures (2)	20/06/2016	103,2% do CDI	-	1.441
				<b>18.296</b>	<b>19.308</b>
Caixa e bancos				13.553	11.144
<b>Total caixa e equivalente de caixa</b>				<b>31.849</b>	<b>30.452</b>

## Notas Explicativas

### b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
ABC Brasil	CDB	13/01/2015	100,0% do CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	2.858
BES	CDB	27/08/2015	102,0% do CDI	5	78
BMG	CDB	19/01/2015	113,0% do CDI	1	1
Bradesco	CDB	16/03/2015	95% do CDI	181	-
BTG Pactual	CDB	12/12/2014	97,5% do CDI	19	18
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	27/04/2015 a 15/05/2045	CDI/SELIC/IPCA+5,7%	3.158	6.661
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	44	44
FIM Zona da Mata(4)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115%,0 do CDI	165	1.200
FIM Zona da Mata(4)	Debentures	15/07/2019	IPCA + 9,23%	10	561
FIM Zona da Mata(4)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	100,5% a 103,2% do CDI	250	1.384
FIM Zona da Mata(4)	DPGE	10/07/2015 a 21/12/2015	107,5% a 113% do CDI	55	815
FIM Zona da Mata(4)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	74	42
FIM Zona da Mata(4)	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	52	-
FIM Zona da Mata(4)	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	96	-
FIM Zona da Mata(4)	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	107	31
FIM Zona da Mata(4)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	154	81
FIM Zona da Mata(4)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	26	295
FIM Zona da Mata(4)	Fundos Multimercados	-	Benchmark CDI	21	768
Itaú	CDB	12/08/2015	93,0% do CDI	1.207	286
Itaú	Debentures	02/10/2015	101,2% do CDI	127	824
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	631	957
Nordeste	CDB	28/07/2017	90,0% do CDI	7.532	7.784
Pine	CDB	11/06/2015	100,0% do CDI	45	42
Safra	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	13.922
Safra	Debêntures	28/01/2014	101% do CDI	-	12
				<b>13.962</b>	<b>38.666</b>

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	1.031	909
				<b>1.031</b>	<b>909</b>
<b>Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)</b>				<b>14.993</b>	<b>39.575</b>
Circulante				6.430	31.649
Não circulante				8.563	7.926

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(3) Inclui R\$10.825 (R\$10.957 em 31 de dezembro de 2013) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

(4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## Notas Explicativas

### 6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total	
		até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/09/2014	31/12/2013
Residencial	13.168	10.547	3.428	1.337	28	1	28.509	21.461
Industrial	10.626	414	144	23	124	196	11.527	10.172
Comércio, serviços e outras atividades	16.953	2.182	616	251	17	144	20.163	18.863
Rural	1.049	296	106	54	6	-	1.511	1.706
Poder público:								
Federal	1.241	366	31	2	-	-	1.640	1.335
Estadual	560	165	14	1	-	-	740	603
Municipal	2.201	648	54	2	-	-	2.905	2.368
Iluminação pública	2.576	172	82	6	-	-	2.836	4.806
Serviço público	3.410	32	-	-	-	-	3.442	3.175
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>51.784</b>	<b>14.822</b>	<b>4.475</b>	<b>1.676</b>	<b>175</b>	<b>341</b>	<b>73.273</b>	<b>64.489</b>
Concessionárias (2)	8.271	-	-	-	-	7.544	15.815	10.595
Fornecimento não faturado	13.729						13.729	23.469
Outras	2.622						2.622	5.784
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.337)	(45)	(3.297)	(4.679)	(5.527)
<b>Total</b>	<b>76.406</b>	<b>14.822</b>	<b>4.475</b>	<b>339</b>	<b>130</b>	<b>4.588</b>	<b>100.760</b>	<b>98.810</b>
Circulante							93.216	91.266
Não circulante							7.544	7.544

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 30 de setembro 2014, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$5.213 (R\$7.544 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$470 (R\$1.134 em 31 de dezembro de 2013) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$950 (R\$2.629 em 31 de dezembro de 2013) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2014	31/12/2013
Créditos a vencer	8.271	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.157	1.157
	<b>15.815</b>	<b>7.544</b>
(-) Aquisição de energia na CCEE	-	(1.134)
(-) Encargos de serviços no sistema	(152)	(2.629)
	<b>15.663</b>	<b>3.781</b>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.



## Notas Explicativas

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

### 7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão demonstrados como segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Títulos de créditos a receber	25.827	23.653
Ajuste a valor presente	(3.184)	(1.085)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(8.267)	(12.361)
	<b>14.376</b>	<b>10.207</b>
Circulante	10.744	7.635
Não circulante	3.632	2.572

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
Vencidos	8.267
2014	2.686
2015	9.282
2016	1.918
2017	332
2018	86
2019	72
<b>Total</b>	<b>22.643</b>

## Notas Explicativas

### 8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2014	31/12/2013
Saldo inicial - 31/12/2013 e 31/12/2012	17.888	16.612
Provisões constituídas no período	835	2.698
Reversão de provisões no período	(5.777)	(1.422)
<b>Saldo final- circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013</b>	<b>12.946</b>	<b>17.888</b>
Consumidores e concessionárias	4.679	5.527
Títulos de créditos a receber	8.267	12.361

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

### 9. Tributos a recuperar

	30/09/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.731	13.232
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	587	2.556
Imposto de Renda - IRPJ	12.356	10.191
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	1.156	849
PIS e COFINS	19.732	18.399
Outros	176	187
	<b>46.738</b>	<b>45.414</b>
Circulante	29.779	28.941
Não circulante	16.959	16.473

## Notas Explicativas

### 10. Revisão e reajuste tarifário

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.712 de 15 de abril de 2014, que aprovou o reajuste médio de 11,85%, a ser aplicado à partir de 22 de abril de 2014.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

### 11. Baixa renda e outros créditos

	30/09/2014	31/12/2013
Baixa renda (1)	7.857	6.399
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	10.368	7.214
Ordens de serviço em curso - outros	2.553	1.745
Adiantamentos	1.660	2.129
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	13.589	4.782
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.310	4.963
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	486
Outros	3.004	2.187
<b>Total</b>	<b>41.341</b>	<b>29.905</b>
Circulante	40.610	29.128
Não circulante	731	777

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

(1) Baixa renda:

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2013 e 31/12/2012	6.399	8.429
Subvenção Baixa Renda	31.932	38.739
Ressarcimento pela Eletrobrás	(30.474)	(38.865)
Contas a receber Eletrobrás	-	(1.904)
<b>Saldo - final - circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013</b>	<b>7.857</b>	<b>6.399</b>

## Notas Explicativas

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário:

	30/09/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	50.646	30.449
Ressarcimento pela Eletrobrás	(37.057)	(25.667)
<b>Total</b>	<b>13.589</b>	<b>4.782</b>

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de maio de 2014 a setembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no próximo trimestre.

## 12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

## Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Energia elétrica comprada para revenda (Custo) (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	10.444	-	5.438	1.097
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I,II,III, IV e Ventos de São Miguel	-	730	-	81
30/09/2014	10.444	730	5.438	1.178
30/09/2013	6.630	-	3.413	1.024

(1) Os serviços contratados junto a Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos administradores

Nos primeiros nove meses de 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$475 (R\$806 em 30 de setembro de 2013) e da Diretoria foi de R\$926 (R\$1.950 em 30 de setembro de 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$213 (R\$214 em 30 de setembro de 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$363 (R\$354 em 30 de setembro de 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de setembro, foram de R\$41 e R\$2 (R\$44 e R\$3 em 30 de setembro de 2013), respectivamente. A remuneração média em 30 de setembro de 2014 foi de R\$14 (R\$13 em 30 de setembro de 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$5.134 (R\$4.465 em 31 de dezembro de 2013).

### 13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/09/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	50.081	47.987
Contribuição social sobre o lucro líquido	18.029	17.274
<b>Total</b>	<b>68.110</b>	<b>65.261</b>
<b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda	6.138	9.936
Contribuição social	2.209	3.577
<b>Total</b>	<b>8.347</b>	<b>13.513</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>59.763</b>	<b>51.748</b>

## Notas Explicativas

As diferenças temporárias são como segue:

	30/09/2014		31/12/2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Provisão ajuste atuarial	69.193	23.526	65.668	22.327
Provisões para riscos	21.329	7.252	18.846	6.408
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	12.945	4.401	10.910	3.709
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	9.050	3.077	9.942	3.380
Variações cambiais passivas	85.853	29.190	70.957	24.125
Ajustes a valor presente	3.184	1.083	1.085	369
Ativos regulatórios (CVA´s)	29.888	10.162	8.287	2.818
Outras adições (exclusões) temporárias	4.316	1.467	6.248	2.125
Marcação a mercado - derivativos	(35.436)	(12.048)	(17.791)	(6.049)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(24.549)	(8.347)	(21.953)	(7.464)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>175.773</b>	<b>59.763</b>	<b>152.199</b>	<b>51.748</b>

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração.

Período	Realizações de Créditos fiscais
2014	899
2015	3.597
2016	3.597
2017	3.597
2018 a 2023	48.073
<b>Total</b>	<b>59.763</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
Lucro antes dos impostos	11.235	54.811	22.158	41.780
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(3.820)	(18.636)	(7.534)	(14.205)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	4.026	12.564	1.206	6.286
Outros	275	513	(24)	(747)
<b>Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>481</b>	<b>(5.559)</b>	<b>(6.352)</b>	<b>(8.666)</b>
Alíquota efetiva	-	10,14%	28,67%	20,74%

(\*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 30 de setembro de 2014, no montante de R\$12.224 foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04/03/2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

## Notas Explicativas

### Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei n.º 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para os optantes, cuja opção poderá ser exercida até 07/11/2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1.499 de 16/10/2014. Para os não optantes, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da lei, e fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

### 14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória n.º 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de setembro de 2014, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$2.596.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de setembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2013 e 31/12/2012	182.867	130.146
Adições no período (*)	16.611	44.575
Baixas no período	(108)	(463)
Ativo financeiro custo histórico	199.370	174.258
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	2.596	8.609
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 30/09/2014 e 31/12/2013</b>	<b>201.966</b>	<b>182.867</b>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

### 15. Intangível e Imobilizado

	30/09/2014	31/12/2013
Intangível - Contrato de concessão	264.206	235.795
Direito de concessão	299.855	314.255
Imobilizado	5.340	6.178
<b>Total</b>	<b>569.401</b>	<b>556.228</b>

## Notas Explicativas

### a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 31/12/2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 30/09/2014
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	727.263	-	24.882	(4.467)	-	747.678
Amortização Acumulada	(331.408)	-	-	2.409	(27.714)	(356.713)
Subtotal	395.855	-	24.882	(2.058)	(27.714)	390.965
Em Curso	36.170	68.615	(24.953)	(19.719)	-	60.113
<b>Total</b>	<b>432.025</b>	<b>68.615</b>	<b>(71)</b>	<b>(21.777)</b>	<b>(27.714)</b>	<b>451.078</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	167.851	-	4.182	-	-	172.033
Amortização Acumulada	(40.244)	-	-	-	(7.030)	(47.274)
Subtotal	127.607	-	4.182	-	(7.030)	124.759
Em Curso	68.623	780	(4.182)	(3.108)	-	62.113
<b>Total das obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>196.230</b>	<b>780</b>	<b>-</b>	<b>(3.108)</b>	<b>(7.030)</b>	<b>186.872</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>235.795</b>	<b>67.835</b>	<b>(71)</b>	<b>(18.669)</b>	<b>(20.684)</b>	<b>264.206</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	10.208	-	69	(5)	-	10.272
Veículos	308	-	-	-	-	308
Móveis e utensílios	6.833	-	2	-	-	6.835
Depreciação Acumulada	(11.190)	-	-	-	(904)	(12.094)
<b>Total Imobilizado em serviço</b>	<b>6.178</b>	<b>-</b>	<b>71</b>	<b>(5)</b>	<b>(904)</b>	<b>5.340</b>
<b>Total</b>	<b>241.973</b>	<b>67.835</b>	<b>-</b>	<b>(18.674)</b>	<b>(21.588)</b>	<b>269.546</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$18.674, R\$16.611 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$2.063 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de setembro de 2014 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,77% (3,78% em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em abril de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.



## Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor	98.280	93.996
Participação da União - recursos CDE	132.894	132.906
Participação do Governo do Estado	43.093	43.081
Reserva para reversão	302	302
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	7.627	3.316
( - ) Amortização acumulada	(47.274)	(40.244)
<b>Total</b>	<b>234.922</b>	<b>233.357</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	48.050	37.127
Infraestrutura - Intangível em serviço	124.759	127.607
Infraestrutura - Intangível em curso	54.486	65.307
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	7.627	3.316
<b>Total</b>	<b>234.922</b>	<b>233.357</b>

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais. Em 30 de setembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$7.627 (R\$3.316 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/09/2014
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## Notas Explicativas

### b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 30 de setembro de 2014, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	30/09/2014	Redução do imposto de renda e contribuição social
2014 e 2015	24.500	8.330
2016 e 2017	40.920	13.913
2018 e 2019	42.935	14.598
2020 e 2021	44.940	15.280
2022 e 2023	46.924	15.954
2024 e 2025	48.870	16.616
2026 em diante	50.766	17.260
<b>Total</b>	<b>299.855</b>	<b>101.951</b>

A movimentação está apresentada a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - 31/12/2013 e 31/12/2012	314.255	332.947
Amortização no período	(14.400)	(18.692)
<b>Saldo - 30/09/2014 e 31/12/2013</b>	<b>299.855</b>	<b>314.255</b>

## 16. Fornecedores

	30/09/2014	31/12/2013
Suprimento (1):		
CCEE	-	1.134
Contratos Bilaterais (1)	39.148	33.413
Encargo do serviço de sistema (1)	153	2.629
Conexão à rede (1)	240	238
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	3.164	1.651
Materiais, serviços e outros (2)	12.539	17.850
	<b>55.244</b>	<b>56.915</b>
Circulante	52.867	54.538
Não Circulante	2.377	2.377

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## Notas Explicativas

### 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/09/2014	31/12/2013	
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	125	-	15.000	15.125	15.114	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	140	179	331	456	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	45	382	1.243	1.670	2.020	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	65	474	1.737	2.276	2.612	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	1	41	283	325	359	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	0	9	1.894	1.903	251	
Eletrobrás - Subtransmissão	116	1.657	948	2.721	4.078	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	9	-	2.608	2.617	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	295	2.228	4.383	6.906	8.799	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	837	4.453	673	5.963	7.467	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	760	2.649	13.066	16.475	18.997	
Banco ABC - repasse BNDES	238	2.487	9.121	11.846	13.725	
Banco ABC - repasse BNDES	241	2.487	9.121	11.849	13.730	
Banco ABC - repasse BNDES	18	53	1.940	2.011	2.337	
Banco ABC - repasse BNDES	18	106	1.336	1.460	1.699	
Banco ABC - repasse BNDES	16	106	1.338	1.460	1.700	
Banco Itaú BBA - FINAME	45	1.184	14.998	16.227	11.133	
Banco Itaú BBA - FINEM	46	2.837	14.925	17.808	-	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.887</b>	<b>21.293</b>	<b>94.793</b>	<b>118.973</b>	<b>104.477</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(154)	-	(511)	(665)	(777)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Bank of America Merrill Lynch	39	73.530	-	73.569	70.332	(1)
Banco Itau BBA	1.954	-	123.116	125.070	118.688	(1)
Citibank	455	-	122.550	123.005	117.805	(1)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>2.448</b>	<b>73.530</b>	<b>245.666</b>	<b>321.644</b>	<b>306.825</b>	
<b>Total</b>	<b>5.181</b>	<b>94.823</b>	<b>339.948</b>	<b>439.952</b>	<b>410.525</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$8.563 (R\$8.693 em 31 de dezembro de 2013), registrado na rubrica "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 26).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

## Notas Explicativas

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros a.a		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	58	CDI	+ 0,7%	10,79%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	13	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	22	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	30	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	47	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	55	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	9	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	ago/2026	mensal, após ago.2016	Aval Energisa S/A	83	Pré-fixado	6,0%	6,0%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	17	pré-fixado	8,3%	8,3%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	7	TJLP	+ 4,0%	9,0%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	28	pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
Banco ABC - Repasse BNDES	mai - 2019	mensal	Aval Energisa S.A.	28	TJLP	+ De 2,2% a 4,10%	7,17% a 9,09%	
Banco ABC - Repasse BNDES	fev - 2023	mensal	Aval Energisa S.A.	28	pré-fixado	De 8,10% a 9,10%	8,10% a 9,10%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2024	mensal	Aval Energisa S/A	49	pré-fixado	De 2,5% a 8,7%	2,5% a 8,7%	
Banco BNB - repasse BNDES Finem	mar - 2020	mensal	Aval Energisa S/A	30	TJLP	+ De 2,90% a 3,90%	7,88% a 8,89%	
Bank of America Merrill Lynch	set-2015	final	Aval Energisa S/A	12	Libor	+ 2,45%	13,80%	(1)
Banco Itaú BBA	Abr-2018	Anual, após abr-2018	Aval Energisa S/A	36	Dólar	+ 3,4892	8,08%	(1)
Citibank	Abr-2018	final	Aval Energisa S/A	43	Libor	+ 1,91%	13,23%	(1)

1 - Possui Swap.

2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	4,63%	14,64%
TJLP	3,73%	5,00%
SELIC	7,90%	8,22%
CDI	7,83%	8,06%
IPCA	4,61%	5,91%
IGP-M	1,75%	5,53%

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	30/09/2014
2015	5232
2016	19.668
2017	79.426
2018	205.165
2019	16.097
Após 2019	14.360
<b>Total</b>	<b>339.948</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
<b>Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012</b>	<b>410.525</b>	<b>424.505</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	29.326	241.480
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	28.129	101.244
Pagamento de principal	(14.521)	(315.538)
Pagamento de juros	(13.507)	(41.166)
<b>Saldos em 30/09/2014 e 31/12/2013</b>	<b>439.952</b>	<b>410.525</b>
Circulante	100.004	22.667
Não circulante	339.948	387.858

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	0	0	130	155
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	8	30	30	15	83
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	6	26	25	12	69
Banco ABC - repasse BNDES	18	2	18	44	82
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2009-2010 (FNE)	14	57	56	149	276
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>115</b>	<b>129</b>	<b>350</b>	<b>665</b>

## Notas Explicativas

### 18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão (1)	3ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	15/12/2009	30/10/2013	
Data de vencimento	15/12/2014	30/10/2019	
Garantia	Quirografária	Quirografária	
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a	115% do CDI	
TIR (taxa efetiva de juros)	10,78% a.a.	11,02%	
Quantidade de títulos	60.000	60	
Valor na data de emissão	60.000	60.000	
Títulos em circulação	60.000	60	
Carência de Juros	6 meses	24 meses	
Data de repactuação	15/12/2012	-	
Amortizações/parcelas	Final	5 anuais	
Saldos em 30/09/2014 (1)	61.996	66.617	128.613
Circulante	61.996	6.617	68.613
Não circulante		60.000	60.000
Saldos em 31/12/2013 (1)	60.051	61.062	121.113
Circulante	60.051	1.062	61.113
Não circulante	-	60.000	60.000

(1) Deduzido de R\$49 (R\$195 em 31 de dezembro de 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 10 de abril de 2014, foi suspensa a aplicação dos indicadores financeiros durante o ano de 2014, seguindo o procedimento adotado pelos demais credores da Energisa.

Em 30 de setembro de 2014 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2015	12.000
2016	12.000
2017	12.000
2018	12.000
2019	12.000
<b>Total</b>	<b>60.000</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	121.113	132.309
Novas emissões de debêntures-3ª emissão	-	74.273
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	10.792	23.451
Recuperação de debêntures 1ª e 2ª emissão	-	(96.084)
Pagamento de juros	(3.292)	(12.836)
<b>Saldos em 30/09/2014 e 31/12/2013</b>	<b>128.613</b>	<b>121.113</b>
Circulante	68.613	61.113
Não circulante	60.000	60.000

## Notas Explicativas

### 19. Tributos e contribuições sociais

	30/09/2014	31/12/2013
ICMS	14.793	14.359
Encargos Sociais	1.239	1.304
IRPJ	12.182	8.907
CSSL	6.917	4.260
PIS/COFINS	9.748	8.151
Outros	1.256	1.012
<b>Total</b>	<b>46.135</b>	<b>37.993</b>
Circulante	31.345	26.539
Não circulante	14.790	11.454

### 20. Parcelamento de impostos

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	4.944	6.093
Número de parcelas	30	39

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$4.944 (R\$6.093 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	30/09/2014	31/12/2013
2014	482	1.875
2015	1.930	1.875
2016	1.930	1.875
Após 2016	602	468
<b>Total</b>	<b>4.944</b>	<b>6.093</b>
Circulante	1.978	1.875
Não circulante	2.966	4.218

### 21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	30/09/2014
Trabalhistas	14.099	5.358	(4.283)	621	15.795
Cíveis	4.747	1.156	(604)	235	5.534
<b>Total</b>	<b>18.846</b>	<b>6.514</b>	<b>(4.887)</b>	<b>856</b>	<b>21.329</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(19.118)				(23.776)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$32.818 (R\$28.769 em 31 de dezembro de 2013). Desse total, R\$9.042 (R\$9.651 em 31 de dezembro de 2013) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

## Notas Explicativas

Nos primeiros nove meses do ano de 2014 foram pagos o montante de R\$3.953, sendo de indenizações trabalhistas R\$2.267 e de indenizações cíveis R\$1.686.

### Perdas prováveis

#### Trabalhistas

Referem-se a reclamação trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

#### Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$293.139 (R\$277.697 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

#### Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$17.340 (R\$13.972 em 31 de dezembro de 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

#### Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$26.315 (R\$26.584 em 31 de dezembro de 2013), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

#### Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$249.484 (R\$237.141 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras.



## Notas Explicativas

### 22. Patrimônio líquido

---

#### 22.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$357.135 (R\$345.762 em 31 de dezembro de 2013) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$11.373, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$357.135.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

#### 22.2. Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2013, no montante de R\$11.054, equivalentes a R\$56,54 por ação ordinária, a serem pagos em 2 parcelas até 31 de dezembro de 2014, tendo sido liquidados R\$4.000 em 31 de julho de 2014 e R\$7.054 em 07 de agosto de 2014.

O Conselho de Administração aprovou em 06 de junho de 2014, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados apurados até 30 de abril do corrente exercício, no montante de R\$16.448 (R\$84,1317 por ação ordinária), pagos no dia 11 de junho de 2014.

Adicionalmente, foram pagos R\$8.000 em 27 de fevereiro de 2014, referente aos dividendos do exercício de 2013, aprovados pela RCA de 19 de dezembro de 2013.

Em reunião extraordinária do Conselho da Administração no dia 03 de setembro de 2014, foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro líquido do primeiro semestre do exercício 2014, apurado no balanço de 30 de junho de 2014, levantado pela Companhia no montante de R\$10.672, correspondentes a R\$54,5871 por ação de emissão da Companhia. Os pagamentos foram efetuados em 05 de setembro de 2014.

## Notas Explicativas

## 23. Receitas operacionais

	30/09/2014				30/09/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2014 à 30/09/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	632.097	733.155	104.969	329.084	605.595	695.777	88.502	293.502
Industrial	2.623	226.845	24.705	72.581	2.670	218.585	21.330	64.723
Comercial	41.762	393.592	57.830	178.905	40.078	375.795	49.369	161.881
Rural	18.555	76.065	6.473	22.909	18.316	77.712	6.086	22.161
Poder Público:								
Federal	113	24.717	2.737	8.419	111	24.525	2.432	8.040
Estadual	4.617	50.415	5.683	17.484	4.552	50.021	5.047	16.696
Municipal	769	23.720	2.675	8.227	758	23.535	2.375	7.856
Iluminação Pública	671	118.382	7.685	22.147	711	116.253	6.759	19.745
Serviço Público	1.203	165.066	11.445	35.254	1.200	162.692	9.981	32.751
Consumo Próprio	93	2.252	-	-	81	2.361	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>702.503</b>	<b>1.814.209</b>	<b>224.202</b>	<b>695.010</b>	<b>674.072</b>	<b>1.747.256</b>	<b>191.881</b>	<b>627.355</b>
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	3.246	9.398	-	-	2.481	7.024
Suprimento	2	195.913	3.035	21.395	2	165.774	7.891	22.165
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(39.735)	(2.145)	(9.741)	-	(25.894)	(1.829)	(10.066)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	17	-	9.235	27.533	17	-	9.070	31.738
Receita de Construção	-	-	29.503	71.401	-	-	20.850	50.741
Outras receitas operacionais	-	-	10.105	14.083	-	-	5.373	10.046
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>702.523</b>	<b>1.970.387</b>	<b>277.181</b>	<b>829.079</b>	<b>674.091</b>	<b>1.887.136</b>	<b>235.717</b>	<b>739.003</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>								
ICMS	-	-	46.524	145.492	-	-	39.177	129.827
PIS	-	-	4.125	12.502	-	-	3.529	11.318
COFINS	-	-	18.999	58.127	-	-	16.250	52.133
ISS	-	-	34	99	-	-	44	125
Quota para RGR	-	-	-	-	-	-	1	(2.465)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	874	2.656	-	-	780	2.430
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	730	1.867	-	-	408	1.225
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-	-	1.480
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	-	-	874	2.656	-	-	775	2.426
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	1.349	4.311	-	-	1.156	2.011
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>73.509</b>	<b>227.710</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.120</b>	<b>200.510</b>
<b>Total Receita Operacional Líquida</b>	<b>702.523</b>	<b>1.970.387</b>	<b>203.672</b>	<b>601.369</b>	<b>674.091</b>	<b>1.887.136</b>	<b>173.597</b>	<b>538.493</b>

## Notas Explicativas

### 24. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda			
			01/04/2014	01/01/2014	01/04/2013	01/01/2013
	30/06/2014	30/06/2013	a 30/09/2014	a 30/09/2014	a 30/09/2013	a 30/09/2013
Energia de leilão	1.152.421	1.082.088	90.292	242.003	46.131	211.211
Energia bilateral	96.395	96.395	7.874	20.361	13.654	17.626
Cotas de Angra REN 530/12	84.181	84.637	4.185	12.601	3.838	11.512
Energia de curto prazo - CCEE	107.093	83.117	(887)	115.779	7.197	33.706
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	792.996	792.844	8.121	24.411	8.577	24.716
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	48.187	47.920	3.791	11.371	3.614	10.843
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(20.932)	(103.890)	(3.576)	(31.269)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(9.244)	(26.426)	(9.498)	(24.482)
<b>Total</b>	<b>2.281.273</b>	<b>2.187.001</b>	<b>83.200</b>	<b>296.211</b>	<b>69.937</b>	<b>253.863</b>

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a setembro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	4.107
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	22.265
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	25.934
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	16.387
Maio	Ofício 90/2014 de 08 de julho de 2014	14.265
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	620
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	7.930
Setembro	Despacho nº 4288 de 30 de outubro de 2014	12.382

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a agosto já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

(\*\*) Não revisado pelos auditores independentes.

### 25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

## Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio anual
			30/09/2014 e 31/12/2013
Riscos Operacionais	23/10/2014	35.320	208
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	186
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2014	Até R\$360 mil/veículo	120
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	54.640	242
			756

### Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

## 26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	31.849	31.849	30.452	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	14.993	14.993	39.575	39.575
Consumidores e concessionárias	100.760	100.760	98.810	98.810
Títulos de créditos a receber e outros	14.376	14.376	10.207	10.207
Conta a receber da concessão	201.966	201.966	182.867	182.867
Instrumentos financeiros derivativos	35.436	35.436	17.791	17.791
<b>PASSIVO</b>				
Fornecedores	55.244	55.244	56.915	56.915
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	568.565	568.454	531.638	532.983

## Notas Explicativas

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e estão identificadas a seguir:

### **Não derivativos - classificação e mensuração**

#### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### **Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados**

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

#### **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses o FIDC e a 3ª emissão de debêntures (ESE), a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

#### **Derivativos**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

## Notas Explicativas

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvam a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

- **Gestão de risco de capital**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Dívida (a)	568.565	531.638
Caixa e equivalentes de caixa	(31.849)	(30.452)
Dívida líquida	536.716	501.186
Patrimônio líquido (b)	352.114	347.533
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>1,52</b>	<b>1,44</b>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## Notas Explicativas

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		52.867				2.377	55.244
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,88%	85.154	100.858	174.946	302.294	34.974	698.225
<b>Total</b>		<b>138.021</b>	<b>100.858</b>	<b>174.946</b>	<b>302.294</b>	<b>37.351</b>	<b>753.469</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias é como segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	31.849	30.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	14.993	39.575
Consumidores e concessionárias	100.760	98.810
Títulos de créditos a receber e outros	14.376	10.207
Conta a receber da concessão	201.966	182.867
Instrumentos financeiros derivativos	35.436	17.791

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 26.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas

## Notas Explicativas

ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,4510/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2014 de R\$569.279 (R\$532.610 em 31 de dezembro de 2013), R\$321.645 (R\$306.825 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares (i) US\$30,0 milhões (US\$ 30 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch (ii) US\$51,0 milhões (US\$ 50,2 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA e (iii) US\$50,2 milhões (US\$ 50,0 milhões de principal) de empréstimo captado junto ao Banco Citibank.

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, até 19 de abril de 2018, e custos de até US\$ mais 4,105% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 apresenta R\$11.621 no ativo circulante e R\$23.815 (R\$17.791 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 BAML	30.000		21/09/2015	2,90(Set-15)
P. Ativa		Libor + 2,45%		
P. Passiva		100,0% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA	50.231		17/04/2018	3,11(Abr-17) 3,30(Abr-18)
P. Ativa		VC + 4,105%		
P. Passiva		108,95% CDI		
Loan 4131 Citibank			19/04/2018	3,31(Abr-18)
P. Ativa	50.000	Libor + 1,91%		
P. Passiva		103,5% CDI		

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.



## Notas Explicativas

Em consonância com a Deliberação CVM nº CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e que podem ser assim resumidos:

Instrumentos financeiros derivativos					
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	30/09/2014	31/12/2013		30/09/2014	31/12/2013
			Posição Ativa	-	-
			Moeda Estrangeira- USD	334.490	318.747
	260.770	260.770	Posição Passiva		-
Swap com Opções Merrill Lynch/Itau BBA/Citibank			Taxa de Juros CDI	(272.201)	(269.483)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(26.853)	(31.473)
				<b>35.436</b>	<b>17.791</b>

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de setembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos Swap com Opções:	-		55.182	(14.645)	(84.472)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	334.490	Alta USD	279.308	349.136	418.963
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(272.201)		(272.202)	(272.202)	(272.202)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(26.854)		-	(7.045)	(68.143)
<b>Subtotal</b>	<b>35.435</b>		<b>7.106</b>	<b>69.889</b>	<b>78.618</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>		<b>62.288</b>	<b>55.244</b>	<b>(5.854)</b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

## Notas Explicativas

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$62.288, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$55.244 e negativo de R\$5.854 respectivamente.

### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	33.290	Alta do CDI	868	1.075	1.278
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(143.787)	Alta do CDI	(2.333)	(2.885)	(3.426)
	(49.478)	Alta da TJLP	(607)	(756)	(903)
	(23.381)	Alta do FNE	(454)	(564)	(672)
Subtotal (**)	(216.646)		(3.394)	(4.205)	(5.001)
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(183.356)</b>		<b>(2.526)</b>	<b>(3.130)</b>	<b>(3.723)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (11% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$321.644 e pre fixadas no valor de R\$30.274.

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/09/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	14.993	39.575
Instrumentos financeiros derivativos	2	35.436	17.791
Contas a receber da concessão	3	201.966	182.867

## Notas Explicativas

### 27. Benefícios a empregados

---

#### a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

Plano de benefício definido

O plano de benefício previdenciário mantidos pela Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desses planos a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa Sergipe com o respectivo fundo patrocinado - Inergus. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de contribuição definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de setembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$4.559 (R\$8.823 em 30 de setembro de 2013).

#### b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2014 as despesas com esse benefício foram de R\$3.097 (R\$2.794 em 30 de setembro de 2013).

## Notas Explicativas

### 28. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	104.066	440.356	455.657	426.593	434.263	6.432.994

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014 e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

### 29. Contrato de concessão de distribuição

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

### 30. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período findo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2014	31/12/2013
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão	16.611	44.575
Atualização contas a receber da concessão - VNR	2.596	8.609
Fornecedores	9.708	7.106
<b>Atividades de investimentos</b>		
Imobilizado e intangível	11.923	8.752
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	5.753	5.853
Capitalização de reservas	-	10.131

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.

Aracaju - SE

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Ênfase

##### Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Conforme mencionado na nota 24, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a setembro de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não se aplica à Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Não se aplica à Companhia.



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Não se aplica à Companhia.